

“O QUE ESTÁ EM JOGO QUANDO INSISTIMOS  
TANTO QUE A SUBALTERNA FALA?” PROBLEMAS  
TRADUTÓRIOS E EPISTEMOLÓGICOS DO ENSAIO  
DE GAYATRI SPIVAK NO BRASIL

“WHAT IS AT STAKE WHEN WE INSIST SO MUCH  
THAT THE SUBALTERN SPEAKS?” TRANSLATION AND  
EPISTEMOLOGICAL PROBLEMS IN THE ESSAY OF  
GAYATRI SPIVAK IN BRAZIL

Nathália Lima Ribeiro

Mestra em Estudos Literários pela  
Universidade Federal do Pará (UFPA),  
professora efetiva de língua portu-  
guesa na Secretaria Estadual de Educação  
do Pará (SEDUC-PA)

Gunther Karl Pressler

Professor de Teoria Literária da Univer-  
sidade Federal do Pará (Graduação) e do  
PPGLEtras/Belém e do PPLinguagens e  
Saberes na Amazônia/UFPA - Campus  
Bragança

**Resumo:** A repercussão do ensaio de Gayatri Spivak *Can the Subaltern Speak?* (1985/1988) foi internacionalmente grande, mas menos conhecida é sua modificação sobre a visão interpretativa do termo “sujeito subalterno” no livro *A Critique of Postcolonial Reason* (1999), na parte “História”. Em 2000, a autora participou do congresso da ABRALIC (Terra & Gentes), em Salvador da Bahia, mas não deixou rastros no Brasil - até a tradução do ensaio como livro, *Pode o Subalterno falar?*, pela editora da UFMG, em 2010. O artigo proposto acrescenta a nova conclusão, a fim de completar a importância da revisão da autora sobre seu posicionamento no debate sobre a subalternidade.

**Palavras-chave:** subalternidade, tradução, Gayatri Spivak.

**Abstract:** The repercussion of the essay *Can the Subaltern Speak?* (1985/1988) was internationally wide, but less well known is its modification of the interpretative view of the term *subaltern subject* in the book *A Critique of Postcolonial Reason* (1999) in the “History” section. In 2000, Spivak participated in the congress ABRALIC (Terra & Gentes) in Salvador da Bahia but left no trace in Brazil – until the translation of the essay as a book in 2010 by the publisher of UFMG. The proposed article adds the new conclusion, in order to complete the importance of the author’s review of her position in the debate on the subalternity.

**Keywords:** subaltern, translation, Gayatri Spivak.

# 1. Introdução

*O terceiro capítulo segue uma Rainha da Montanha do século 19 pelos arquivos e reflete sobre os procedimentos das viúvas sacrificadas. Eu deveria dizer que este capítulo contém uma revisão do 'Pode o Subalterno falar?'<sup>1</sup>*

Em 1999, Gayatri Spivak publicou o livro *A Critique of Postcolonial Reason: Towards a History of Vanishing Present*. Um ano após o lançamento, a estudiosa foi convidada ao VII Congresso internacional da ABRALIC<sup>2</sup>, compartilhando a mesa ao lado de Stuart Hall e Gilson Wilson. Durante a fala dos pesquisadores, foi discutido o papel do discurso pós-colonial. Apesar dos esforços em trazer tais pautas para a academia brasileira, Spivak não deixou rastros no Brasil<sup>3</sup> – até a

1 O trecho continua: “Um texto que foi publicado no livro *Marxismo e Interpretação da Cultura*, organizado por Cary Nelson e Lawrence Grossberg, Urbana 1988” (“Prefácio” do livro *A Critique of Postcolonial Reason*, 1999). A presente tradução neste artigo ao português do Brasil parte sempre da leitura do original em inglês e vista com a tradução do livro de 1999, em alemão (2014, p. 22).

2 Associação Brasileira de Literatura Comparada/ABRALIC, 25 a 28 de julho de 2000, em Salvador, tema: Terra & Gentes. Durante o evento, ainda não era perceptível a explosividade intelectual da autora; seu pensamento também não estava ligado aos Estudos Culturais (só surpreendeu quando Silvano Santiago expôs o estudo de Claude Lévi-Strauss). Somente anos depois, em um evento do Círculo Europeu da Narratologia (ENN), em Paris, em 2014, e após uma interpelação em inglês por uma pesquisadora indiana: *subaltern theory?* que se foi tomado conhecimento dos estudos de subalternidade, e foi discutido o enfoque narratológico no estudo comparativo entre as cartas de Mendonça Furtado e o romance de Dalcídio Jurandir, traçando as características ideológicas nos textos. O trabalho foi publicado em português (2012) e inglês (2013).

3 Ao contrário de Homi Bhabha, traduzido já em 1998, *O Local da Cultura*; ou Raymond Williams, em 1979.

tradução do *Pode o Subalterno falar?* em 2010. O prefácio de Sandra Almeida, também tradutora da obra, informa sobre o primeiro aparecimento do artigo, em 1985, no periódico irregular, em New York, *Wedge* (no.7/8, pp. 120-130), com o subtítulo “Especulações sobre o Sacrifício das Viúvas”. O artigo tinha somente dez páginas e foi ampliado (ou já tinha um formato muito maior) e republicado na antologia *Marxismo e Interpretação da Cultura* (1988, pp. 271-313). A partir daí recebeu sua notória repercussão. A leitora brasileira (para usar o modo discursivo de Spivak) não recebeu a última versão do ensaio da autora, publicada em 1999.

Gayatri Spivak ressalta em todos os trabalhos a atitude de nota que o estudo científico e de pesquisa se constitui a partir dos resultados e interpretações já alcançados, de um compromisso com o conhecimento, um conhecimento que sempre está em movimento, uma postura que se deve manter constante também sobre seus próprios estudos. Pautada em tal postura acadêmica, no decorrer da história e do debate sobre seus estudos, ela constata: “Eu sempre tento olhar dobrando a esquina para nos ver assim como os outros nos veem [...] Eu faço isto [...] pois o estudo é menos ligado ao ‘clã’”. Em outras palavras, um posicionamento sem grandes tonalidades ideológicas, mas compromissado com o verdadeiro no nível intelectual, emocional, epistemológico e criativo. Ao finalizar o prefácio, a autora diz que não tem “forma-

ção bastante para trabalhos interdisciplinares, mas posso quebrar regras. Podemos aprender algo com isso?” (2014 [1999], p. 24)<sup>4</sup>.

No livro de 1999, organizado em artigos e estudos antigos num contexto de quatro capítulos: Filosofia, Literatura, História e Cultura, o fio de Ariadne é “o aparecimento subliminar e esporádico do ‘informante local’: autóctone e/ou subalterno [...] Este é um livro feminista” (2014, p. 23), ressalta Spivak, porque os temas feministas são *pré-emergente* (conceito de Raymond Williams) e é substancial para todos os capítulos<sup>5</sup>. Ela alerta que o termo *informante local* não é uma expressão figurativa; ele faz parte da própria história que iniciava “numa perspectiva impossível e se desloca para redes sociais resistente para ‘sobre explorados objetos’” (2014, p. 23). O livro é uma “crítica sobre as estruturas da produção da razão pós-colonial”<sup>6</sup>.

Em uma nota sobre seu trabalho, o professor norte-americano Vincent B. Leitch, editor geral e organizador da *The Norton Anthology of Theory and Criticism* (2001, p. 1999), a descreve como pesquisadora de postura inquietante que sempre se vigora e, a cada tópico pesquisado por ela, nenhum permanece o mes-

4 Começamos a tradução e o artigo ainda no final de 2019 e terminamos no meio da quarentena (2020). Acreditamos sim, nas colocações da estudiosa, sobre aprender sempre, particularmente em 2021, diante da “Pandemia-Corona-Vírus” que parece não findar.

5 No quarto capítulo (Cultura), Spivak apresenta uma crítica ao Feminismo “culturalista e universalista”.

6 Refletimos sobre o título e a palavra-chave da filosofia de Immanuel Kant que a autora se refere e que articulou muito consciente no uso desse conceito de Cultura, assumindo e criticando Kant (2014, p. 24).

mo. A pesquisadora de origem indiana<sup>7</sup> postula sobre a desconstrução do modelo eurocêntrico de pesquisa, no sentido de que o conhecimento construído a partir de posturas denunciativas imperialistas ainda permite a violência de grupos minoritários<sup>8</sup>. A partir de uma perspectiva revigorante, uma de suas obras mais lidas é *Pode o subalterno falar?*. Nessa obra, a autora usa a teoria crítica como prática intervencionista, engajada e contestadora do sistema hegemônico do pensar do Mundo Ocidental. Tal conceito é desvelado no texto de maneira densa, a qual traz para a discussão, inicialmente (o texto foi publicado na segunda metade da década de 1980 e traz, assim, as marcas do debate daquele tempo), o diálogo entre Michel Foucault e Gilles Deleuze sobre o oprimido como *sujeito subalterno*.

O conceito de subalternidade se vincula ao tratado de Antonio Gramsci, salienta Spivak, quando decorre sobre a questão de o proletariado ser uma camada totalmente excludente da pirâmide social que fica

---

7 O que significa a expressão “origem indiana”?, pode-se perguntar. Vejamos sobre a questão da origem e da identidade étnica na resposta de Kwame Antony Appiah: “*Over the years and around the world, taxi driver, putting their expertise to the test, have sized me up. In São Paulo, I’ve been taken for a Brazilian and addressed in Portuguese; in Cape Town, I’ve been taken for a ‘Colored’ person; in Rome, for an Ethiopian; and one London cabbie refused to believe I didn’t speak Hindi [...] I won’t try to summarize the multiple mistake we make about our broader cultural identities, not least the very idea of the West*” (2019 [2018], p. Xi, XXV).

8 “The tribal population of India is about one-sixth of the total population of the country”. A autora do livro *Imaginary Maps* (1995), Mahasweta Devi na conversa com G.Spivak (tradutora e prefaciadora), em Calcutá, 1991. Spivak se refere aos conceitos de “minorias”, “novos emigrantes” e “subalterno”, particularmente na nota 13 do prefácio no contexto do “intelectual orgânico”.

reclusa em seu silenciamento. Ao notar a questão da forma como o sujeito do chamado *terceiro mundo* é retratado no discurso ocidental, e que, apesar dos esforços dos intelectuais para retratar suas condições e questionamentos, Spivak entra no debate como representante de um *outro lugar de fala*. Dessa forma, ela sinaliza categoricamente uma fratura quanto ao agenciamento desse *discurso do subalterno*, e denuncia a postura etnocêntrica ocidental intelectual a qual evidencia ainda mais uma lacuna quanto às questões do Outro (do Oriente), enfatizando um distanciamento do que é falado e de quem é o possuidor dessa construção teórica sobre os sujeitos do *terceiro mundo*. Uma postura crítica que se deve esperar dos debatedores da América Latina<sup>9</sup>.

## 2. Tradução

A história do suicídio misterioso no norte de Calcutá, em 1926, de Bhubaneswari Bhaduri, de 16 ou 17 anos, foi um dos motes para recorrer sobre a mulher e seu *poder* (como substantivo e verbo auxiliar no infinito) de falar. A jovem se suicidou sem deixar rastros do motivo do autocídio. Uma década depois, é revelada a condição de Bhubaneswari como militante de um grupo que lutou pela independência da Índia

---

<sup>9</sup> Sobre a recepção da G. Spivak, estamos levantando material. Gostaríamos de apontar um artigo de Bruno S. de Carvalho que logo marca a dificuldade da autora: “Já foi muito comentada a dificuldade de entendimento da escrita” (2011).

contra o Império Britânico. Em 1985/1988, Spivak conclui “em tons de lamento passional: o subalterno não pode falar! Isso foi uma observação “desaconselhável”, como ela ressalta em 1999.

Apesar da conclusão pertinente de toda a investigação, encontrada nesta primeira versão, acontecimentos no tempo e no debate dos Estudos Culturais e dos Estudos Subalternos mudaram o rumo da conclusão de Spivak quanto a impossibilidade de fala da subalterna no contexto do livro *A Critique of Postcolonial Reason*, em 1999. O final modificado do ensaio, nas últimas páginas do capítulo 3 (“História”), acarreta um novo sentido sobre o papel da subalternidade, uma virada interpretativa advinda de mudanças oriundas nos diversos contextos do fim do século 20 e início do século 21. O texto em questão será analisado no artigo proposto, haja vista que há uma incongruência da tradução brasileira, diante do conhecimento da versão modificada em 1999. É importante destacar que há uma mudança em toda a cadeia interpretativa na conclusão do papel e da responsabilidade do lugar da mulher intelectual, feminista e política - e não só academicamente engajada. Em sua busca por uma fratura investigativa, Spivak salienta que o subalterno/a subalterna pode falar.

Desse modo, concluímos que a leitora brasileira está entrando no mundo da autora vinte e cinco anos depois e retoma o assunto sem ter conhecimento

do debate ocorrido durante esses anos<sup>10</sup>. Depois de constatações introdutórias, apresentamos a nossa tradução da parte final que foi modificada em 1999, e finalizamos com um breve debate sobre a importância do termo/conceito “subalterno” para o debate brasileiro.

### 3. A Tradução do novo final do ensaio

No decorrer dos anos entre a publicação da segunda parte desse capítulo em forma de ensaio e sua revisão, usufruí significativamente de várias respostas para esse ensaio. Referirei a duas dessas respostas aqui: *Can the subaltern vote?* e *Silencing Sycorax*<sup>11</sup>. Como estava insistindo muitas vezes, Bhubaneswari Bhaduri não era uma “verdadeira” subalterna. Ela era uma mulher da classe média, com acesso, mesmo que clandestino, ao movimento burguês pela independência. De fato, Rani de Sirmur, com a sua alegação de nascimento elevado, ela não era subalterna de modo algum. O que eu provavelmente queria explicar, neste capítulo [sobre Rani], entre outras coisas, é que a intercepção feminina pela reivindicação

10 A prefaciadora do livro em questão informa a leitora sobre *uma outra versão*, mas publica a de 1988. A inclusão deste ensaio no livro de 1999, não pode ser entendido como uma *outra versão*, trata-se de mesmo ensaio, porém, atualizado pelo debate posterior da publicação em 1988. Um procedimento normal de uma pesquisadora envolvida e engajada no debate político-intelectual do seu tempo, que é nosso.

11 As notas de rodapé 11 a 15 são do texto da G.Spivak: Leerom Medovoi et alii, *Socialist Review*, no. 20, 3 (July-Set. 1990), pp. 133-149; Abena Busia, *Silencing Sycorax: On African Colonial Discourse and the Unvoiced Female*, *Cultural Critique*, 14 (WINTER, 1989-1990), pp. 81-104.

por subalternidade com base de seus silenciamentos por circunstâncias heterogêneas, pode ser demarcada além dos limites da definição estrita. Gulari<sup>12</sup> não pode falar conosco porque a *historiografia* patriarcal indígena só guardaria um registo do seu funeral e a história colonial só precisava dela como um instrumento incidental. A tentativa de Bhubaneswari de *falar* foi através da transformação de seu corpo em texto da mulher/escrita. O tom passional imediato de minha declaração: “o subalterno não pode falar”, advém do desespero que, em sua própria família, entre as mulheres, em não mais que cinquenta anos, sua tentativa fracassou. Eu não estou colocando a culpa desse silenciamento nas autoridades *coloniais*, como Busia pareceu pensar: “Gayatari Spivak, *Pode o subalterno falar?*, na seção quatro da qual é uma convincente explicação do papel do desaparecimento em um caso indiano da mulher na história britânica legal”<sup>13</sup>. Pontuo, na verdade, que suas próprias netas emancipadas a condenam ao silenciamento: pelo novo *mainstream*. A isso podem ser adicionados ainda mais dois novos grupos: um, a comunidade acadêmica multiculturalista liberal das metrópoles, e as bisnetas de Susan Barton<sup>14</sup>, a seguir.

---

12 O nome da família é Rani de Simur.

13 Busia, *Silencing Sycorax*, p. 102.

14 A filha cuja mãe se recusa a reconhecê-la como sua no romance *Roxana. The Fortunate Mistress* (1724). O escritor sul-africano J.M. Coetzee usa Susan Barton como narradora em grande parte (mas não em todas) a sua re-narrativa sobre a história de Robinson Crusoe em seu romance *Foe* (1987), a re-narração que Spivak discute longamente no capítulo 2 deste livro de 1999.

Como disse por todo esse tempo, o importante é legitimar a nossa cumplicidade nesse silenciamento, a fim de, precisamente, ser mais efetivo a longo prazo. O nosso trabalho não pode ser bem-sucedido se tivermos sempre um bode expiatório. A pesquisadora pós-colonial migrante é tocada pelas formações sociais coloniais. Busia lança mão de uma nota positiva para trabalhos posteriores quando aponta que, no final das contas, fui capaz de ler o caso de Bhubaneswari e, portanto, ela *falou* de algum modo. Busia está de fato certa. Toda fala, até a mais aparentemente imediata, acarreta a uma decodificação distanciada por outra, que é, no mínimo, uma interceptação. Exatamente, isso é o falar.

Reconheço este ponto teórico e, também, reconheço a importância prática, por si e por outros, de ser otimista sobre o trabalho futuro. Mas uma decodificação acadêmica por outra em uma instituição acadêmica (quer queira quer não, uma fábrica de produção de conhecimento) muitos anos depois, não deve ser tão rapidamente identificada com o *falar* das subalternas. Isto não é mais que mera tautologia para dizer que a subalterna colonial ou pós-colonial é definida como o ser do outro lado da diferença, ou como uma fratura epistêmica, mesmo dentro de outros grupos colonizados. O que está em jogo quando insistimos que a subalterna fala?

Em *A subalterna pode votar?*, três autores aplicaram a questão sobre o jogo do *discurso político*. Isso

me parece uma forma profícua de estender minha leitura sobre o discurso subalterno em uma arena coletiva. O acesso à *cidadania* (sociedade civil) pelo fato de se tornar votante (na nação) é de fato um circuito simbólico da mobilização da subalternidade para dentro da hegemonia. Esse terreno, sempre negociado entre a libertação nacional e a globalização, permite examinar o voto por si só como convenção performativa proferida como *discurso* figurado do sujeito subalterno. Isso faz parte de minhas preocupações atuais para ver como esse cenário é manipulado para a legitimação da globalização, porém isto está para além do escopo desse livro. Aqui permaneceremos confinados no campo da prosa acadêmica, e profiro três pontos:

1. Ser simplesmente pós-colonial ou membro de uma minoria étnica, não nos torna *subalternos*. Esse conceito é reservado unicamente para a pura heterogeneidade do espaço descolonizado.
2. Quando uma linha de comunicação é estabelecida entre membros de grupos subalternos e os circuitos de cidadania ou de institucionalidade, a subalterna foi inserida no longo caminho da hegemonia. A não ser que queiramos ser puristas românticos ou primitivistas sobre a *preservação da subalternidade* – em termos de contradição – isso é absolutamente desejável (isso prossegue sem dizer que o acesso ao

museu ou ao currículo para a etnia de origem – uma outra batalha que deve ser lutada – não é idêntica com a preservação da subalternidade). Ser consciente disso, permite a nós ter orgulho em nosso trabalho sem fazê-lo com reivindicações missionárias.

3. Essa estrutura de vestígios (extinção em revelação) aparece como emoções trágicas do ativismo político, que não surgem como utopismo superficial, mas das profundidades as quais Bimal Krishna Matilal chamou de *amor moral*. Mahasweta Davi, uma incansável ativista, documenta essa emoção, com cuidado sofisticado, em *Pterodactyl, Puran Sahay, e Pirtha*.

E, finalmente, o terceiro grupo: a irmã mais velha da irmã mais velha da irmã mais velha da Bhubaneswari é uma nova imigrante nos EUA e foi recentemente promovida a uma posição executiva em uma transnacional norte-americana. Ela será útil no mercado emergente do Sul da Ásia, precisamente por ser uma diáspora do Sul bem situada.

Para a Europa, o tempo em que o novo capitalismo se sobrepôs *definitivamente* ao antigo pode ser estabelecido com justa precisão: foi o início do século 20 [com o] *boom* no final do século 19 e a crise de 1900-03 [...] os cartéis [tornam-se] um dos fundamentos de toda a vida econômica. O capitalismo se transformou em imperialismo<sup>15</sup>.

15 V. I. Lenin, *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism: A Popular Outline* (London: Junius; Chikago: Pluto 1996, p. 15, 17)

O atual programa de financiamento global continua com esse revezamento. Bhubaneswari tinha lutado pela libertação nacional. A sua sobrinha bisneta trabalha para o *Novo Império*. Este também é um silenciamento histórico da subalterna. Quando a notícia da promoção desta jovem mulher foi transmitida para família, em meio ao júbilo geral, não pude deixar de comentar para a mais velha sobrevivente, mas não tão alto: “Bhubaneswari” - seu apelido tinha sido Talu – “enforcou-se em vão”. É surpreendente que esta jovem mulher seja uma multiculturalista convicta, acredite no parto natural e use apenas algodão?

1983, 1988, 1999

#### 4. A fratura tradutória

Gayatri Spivak nos ensina que o rigor científico e a criticidade devem ser a égide de qualquer trabalho que pretende intervir nos debates sociais. Sua metodologia e teoria denotam para além de uma construção de conhecimento, um caminho permeado por questionamentos, dúvidas e, finalmente, a resposta de perguntas, ou até a criação de mais perguntas. Em sua obra, *Pode o subalterno falar?*, já entrega à leitora seu questionamento central. O ponto de interrogação empregado não é usado apenas como forma estilística em que questiona a sua leitora, mas, durante a investigação proposta por esse artigo, é possível perceber

que tal questionamento é endereçado à própria obra, a qual sofreu (e talvez continue sofrendo) alterações.

Tal obra, durante a longa carreira da pesquisadora, passou por algumas alterações. As mudanças propõem a virada do pensamento sobre a questão da subalternidade em que se baseia os poderes hegemônicos do capitalismo. Um dos pontos fulcrais ressaltados pela autora é que há uma incapacidade de obliterar o discurso hegemônico, porém, há a possibilidade inserir-se na dinâmica dos poderes estruturais desse sistema.

A primeira edição da obra de Spivak, publicada pela Editora da UFMG, conta com a tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. A tradução brasileira publicada em 2010 se baseia na tradução do texto de 1988, o qual mostramos, no início do artigo, ter sofrido alterações que mudaram os rumos da interpretação da questão. A virada da conclusão do ensaio é analisada na versão de 1999, a qual, a partir de sua constante investigação sobre o caso de Bhubaneswari, resultou em uma nova reflexão sobre o debate da subalternidade. Existem pontos fulcrais que Spivak aponta a partir da descoberta que Bhubaneswari não era, em sua totalidade, uma subalterna:

Como estava insistindo, Bhubaneswari Bhaduri não era uma *verdadeira* subalterna. Ela era uma mulher da classe média, com acesso, mesmo que clandestino, ao movimento burguês pela independência. [...] O

que eu provavelmente queria explicar, neste capítulo, entre outras coisas, é que a interceptação feminina pela reivindicação por subalternidade com base de seus silenciamentos por circunstâncias heterogêneas, pode ser demarcada além dos limites da definição estrita. [...]. A tentativa de fala de Bhubaneswari foi através transformação de seu corpo em texto. O tom passional imediato de minha declaração “o subalterno não pode falar”, advém do desespero que, em sua própria família, entre as mulheres, em não mais que cinquenta anos, sua tentativa falhou (*grifo nosso*).

A constatação da tentativa da fala de Bhubaneswari advém de uma profunda e longa investigação que não cessou em apenas se aliar a uma verdade não tão certa. Entretanto, a edição brasileira encerra em um ponto que deixa Bhunaeswari e toda uma comunidade local de subalternidade pura, o qual será negado pela própria escritora:

Nessa leitura, o suicídio de Bhuvanewari Bhaduri uma reescrita subalterna, ad hoc, não empática, do texto social do suicídio *sati* tanto quanto o é o relato hegemônico da resplandecente, lutadora e familiar Durga. As possibilidades discordantes que emergem desse relato hegemônico da mãe lutadora estão bem documentadas e são popularmente bem lembradas pelo discurso dos líderes e participantes masculinos do movimento pela independência. O subalterno como um sujeito feminino não pode ser ouvido ou lido. Tenho conhecimento da vida e morte de Bhuvanewari por meio de conexões com sua família. Antes de investigá-las mais minuciosamente, indaguei a uma mulher bengali, uma filósofa e estudiosa do sânscrito, cuja produção intelectual inicial é quase idêntica à minha, para iniciar o processo. Obtive duas respos-

tas: (a) Por que, quando suas duas irmãs, Saileswari e Râseswari, levaram vidas tão plenas e maravilhosas, você está interessada na infeliz Bhuvanewari? (b) Perguntei a suas sobrinhas. Parece que foi um caso de amor ilícito (SPIVAK, 2010, p. 2010).

É importante ressaltarmos que, durante o processo tradutório, existem inadequações inerentes a esse processo da produção e revisão do ensaio por parte da autora. A tradução é uma atividade que consiste em seleções e atos falhos, neste caso, não se trata de um ato falho da própria tradução, como Cyril Aslonov (2017, p. 19) entende o tradutor como “um traidor de sua vocação”. Acreditamos que foi “uma experiência de labor”, como saliente Jerusa Pires Ferreira sobre o trabalho de tradução do livro *A Poética do Traduzir*, de Henri Meschonnic (2010, p. XI). Há, neste trabalho de tradução, um ato falho, entretanto, no caso da tradução brasileira de Spivak há uma fratura que pulsa em toda sua força ao não denunciar a virada epistemológica que a obra da autora sofreu: a própria autocrítica de 1999. A postura dos tradutores que verteram uma tradução enviesada de Spivak sugere um comportamento negligente diante das alterações feitas que podem desembocar em uma cadeia receptiva diferente da autora no Brasil. A tradução publicada em 2010 não conhecia o outro final do ensaio<sup>16</sup>.

---

16 Cf.: O artigo de Marcos Namba Beccari (2018) que, mesmo colocado o livro de Spivak, de 1999, na bibliografia, só discute a questão com a tradução de 2010.

É preciso ressaltar a importância de reconhecer a tradução como uma tarefa complexa que reside em escolhas e tomadas de decisão, dessa forma, o texto original pouco ou quase nunca aparecerá de forma pura em sua tradução. Tal temática é lida por diversos autores que apontam as mudanças, as perdas e os acréscimos do nível morfológico ao semântico no processo tradutório. A tradução do texto segue as exigências de uma escrita e de uma reflexão teórica altamente dinâmica e dialética. Gayatri Spivak, falante de bengali e de outras línguas da Índia, professora de literatura inglesa e tradutora de Jacques Derrida, do francês ao inglês, traz um movimento na *escrita* igual o piano de jazz da Hiromi Uehara quando toca *Para Elisa*, de Beethoven (1810)<sup>17</sup>. Entretanto, nossa proposta é reivindicar e questionar o porquê do ensaio de Spivak não ter sido atualizado na tradução para colocar leitores brasileiros no âmago da reflexão conceitual.

A tarefa tradutória intercambia uma troca entre duas línguas e diferentes formas de pensar que já são formas de tradução, e, tratando-se da tradução de um texto teórico e acadêmico, a tradução brasileira de Spivak omite à leitora brasileira o acesso à evolução do texto-fonte. O lapso temporal da edição original 1985/88, sua alteração em 1999 e a tradução de 2010 evidencia uma problemática epistemológica do trabalho acadêmico e tradutório no Brasil: o texto

---

17 Hiromi: The Trio Project. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rCp3qGzKxig>. Acesso em 07 de março 2021.

traduzido não é discutido; ele só é aplicado de forma afirmativa, confirmando a postura que Spivak critica, quando diz “queiramos ser puristas românticos ou primitivistas sobre a *preservação da subalternidade* – em termos de contradição”. Não “queiramos”, mas somos pela falta formação do debate. Essa postura engendrou a cristalização do conceito do subalterno na recepção brasileira como entidade impedida de falar. Entretanto, tal conceito é subvertido pela própria autora: “O que está em jogo quando insistimos que a subalterna fala?”.

## Considerações finais

No contexto da recepção brasileira do ensaio (por enquanto o único texto traduzido da autora), há uma lacuna entre a construção da subalternidade e seu debate devido a versão escolhida da tradução. O agenciamento e o emprego de tal conceito, relacionando ao que está traduzido para o Brasil, tem a representação da subalternidade incompleta, o que acarreta uma fratura da leitura e interpretação da questão da *fala* do chamado *subalterno*. Na esteira dessa discussão, a tradução brasileira não se baseia na virada interpretativa da narrativa sobre o suicídio de Bhubaneswari. Essa afirmação feita pela autora indiana muda o sentido do debate, o que nos mostra que já é possível obliterar a possibilidade de leitura (auto)crítica. A

partir do momento em que a jovem indiana fala por meio de seu corpo, no ato suicida, a mulher como subalterna não somente pode falar, como de fato fala. Os três pontos levantados por Spivak impulsionam para a dinamização do debate. O desafio maior é entender a obra teórica como produção de *língua*, quer dizer, como expressão e representação daquilo que se sente e pensa na *escrita*. “A teoria é apenas o acompanhamento reflexivo [...] A experiência vem primeiro”, diz Henri Meschonnic (2010, p. XVII; grifo do original). E continua apontando a dinâmica da leitura/tradução. “Este ensino da literatura, em continuidade com um ensino da língua enquanto *produção* e não gramática abstrata, integrando os textos do passado como *produções* e não como modelos sacralizados, faria da cultura uma criação crítica” (MESCHONNIC, 2002, p. 42; *grifos nossos*).

A versão mais atualizada de *Pode o subalterno falar?* está revestida de heterogeneidade e um questionamento pertinente: a quem, nesse contexto, é interessante dizer quem é o subalterno e por que ainda empregamos tais termos para denominar classes que já participam dos meios de produção e do mundo intelectualizado? Às margens do capitalismo, estrutural e figuralmente, estamos em um processo de aproximação ao poder hegemônico como consequência da globalização (é importante ressaltar que o subalterno não está no centro, mas se avizinha cada vez mais pelas mudanças ocorridas nos níveis políticos e eco-

nômicos, e o simples fato deles surgirem nas rodas acadêmicas já apontam um caminho, e não a centralidade). O importante é pensar *como* e *quem* está se aproximando desse centro, o subalterno ou alguém que quer falar sobre o subalterno.

O prefaciador da tradução para o alemão, Hito Steyerl, refere-se ao filme de Jean-Luc Godard e Jean-Pierre Gorin, *Tout va Bien* (1972), como uma “imagem dialética”, de Walter Benjamin (2006 [1929-1940]), que possibilita imaginar e praticar um discurso teórico de transição permanente de um estado para outro. Na “imagem dialética [...] situa-se o tempo [...] O diferencial de tempo, no qual apenas a imagem dialética é real, ainda lhe [Hegel] é desconhecido [...] O momento temporal só pode ser totalmente detectado por intermédio da confrontação com um outro conceito. Este conceito é o ‘agora da cognoscibilidade’” (BENJAMIN, 2006, p. 951). Nesse sentido, a reflexão teórica e o processo da reconhecibilidade encaminham à significância que não é um significado revestido de palavras. “O filme mostra a foto da entrevista [a jornalista é representada pela atriz Jane Fonda], mas estabelece fora da tela os pensamentos de uma trabalhadora sobre isto, que fica em silêncio ao lado dela. Ela acha que a entrevista está apenas espalhando mais preconceitos para o público”, constata Steyerl e conclui na trilha de Spivak: “A forma de relatório social é um cliché, uma desculpa para continuar ‘não ouvir’ as trabalhadoras como ‘vítimas’ [...] O que elas dizem não é

importante, mas o que é ouvido” (STEYERL, 2008, p. 7). O comentarista Luís Alberto Rocha Melo (2015) lembra do trabalho pioneiro de Dziga Vertov (1896-1954)<sup>18</sup> e seu grupo, a pergunta programática: “por quem e contra quem um filme deve ser realizado?” O filme (o título já é brasileiro: *Tudo bem!* - “Mesmo quando a trabalhadora fala, falta o som [...] trata-se de um silêncio eloquente” (STEYERL, 2008, p. 8) e, podemos acrescentar, o discurso por quem e contra quem? volta ao diferencial de tempo, “apenas a imagem dialética é real”, ou melhor, é preciso situar-se no tempo atual, que é o tempo da pandemia de Covid-19.

Ao obliterar a fratura interpretativa, o sentido de subalternidade poderá cumprir uma agenda de empoderamento mais efetivo, no sentido de interpelar grupos que de fato participam ainda dos níveis hierárquicos mais baixos (e/ou na média alternativa), em que a violência epistêmica ainda perdura. Enquanto a subalternidade for um lugar a se estar, e não um estado a ser superado, estaremos ainda atrás de *bodes expiatórios* e não de um agenciamento e representação que seja satisfatório para pessoas que estão para muito além das margens do capitalismo e do processo de humanização.

---

18 Nascido como Denis Arkadievitch Kaufman; cineasta, documentarista desde o início da Revolução Russa. “Quando ele morre, em 1954, o mundo cinematográfico é perplexo, que ainda estava viva [...] desde 1940, ele é censurado e não deve publicar mais nada” (TODE, 2000, p. 4).

## Referências

- MADEO, Pablo (org). *Sopa de Wuhan: Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*. [s.i]: Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatório), 2020.
- APPIAH, Kwame Antony. *The Lies that Bind. Rethinking Identity*. London: Profil Books 2019.
- ASLANOV, Cyril. *Tradução como Manipulação*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.
- BECCARI, Marcos Namba. O Direito de Olhar a partir de Foucault, Spivak e Mbembe. IARS (São Paulo), vol. 18, no. 40, set.-dez. 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-53202020000300345&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-53202020000300345&script=sci_arttext). Acesso em 12 jul. 2021.
- CARVALHO, Bruno Sciberras de. Subalternidade e Possibilidades de Agências: uma Crítica Pós-Colonialista. *Revista Estudos Políticos* (Niterói), v.2, n.4, 2011/12. Disponível em: [https://periodicos.uff.br/revista\\_estudos\\_politicos/article/view/38594](https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38594). Acesso em 28 fev. 2021.
- MELO, Luís Alberto Rocha. *Tout va bien (Tudo vai bem)*. Disponível em: [http://www.portalbrasileirodecinema.com.br/godard/filme-1972-tout-va\\_bien.php?indice=filmes&anos=1970](http://www.portalbrasileirodecinema.com.br/godard/filme-1972-tout-va_bien.php?indice=filmes&anos=1970) (2015). Acesso em 07 mar. 2021.
- MESCHONNIC, Henri. *Poética do Traduzir*. Trad. Jerusa Pires Ferreira/Suely Fenerich. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- MESCHONNIC, Henri. Em Prol da Poética. Trad. Eduardo Viveiros de Castro. In: Luiz Costa Lima (Org.) *Teoria em suas Fontes*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (3ª ed.), p. 35-61.
- SPIVAK, Gayatri C. *Is COVID-19 a Global Equilizer? A Conversation with Gayatri Chakravorty Spivak*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Satn4-ojKMQ>. Acesso 12 ago. 2020.
- SPIVAK, Gayatri C. *Kritik der postkolonialen Vernunft. Hin zu einer Geschichte der verinnenden Gegenwart*. Org. e Trad.

Andreas Nehring, Doris Feldmann, *et alii*. Stuttgart: Kohlhammer, 2014.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o Subalterno falar?* Trad. Sandra R.G.Almeida, Marcos P. Feitosa, André P. Feitosa. Belo Horizonte: EDUFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri C. Can the Subaltern speak? (Seleção). In: *The Norton Anthology of Theory and Criticism*. Vincent B. Leitch (ed.). New York: W. W. Norton and Company, 2001.

SPIVAK, Gayatri C. *A Critique of Postcolonial Reason. Toward a History of the Vanishing Present*. Calcutta: Seagull Books; Cambridge: Harvard UP, 1999.

SPIVAK, Gayatri C. Can the Subaltern speak? In: *Marxism and the Interpretation of Culture*. Cary Nelson/Larry Grossberg (eds.). Urbana: University of Illinois Press, 1988, p. 271-213.

SPIVAK, Gayatri C. *In Other Worlds. Essays in Cultural Politics*. London/New York: Routledge 2006 [1987].

STEYERL, Hito. Die Gegenwart der Subalternen. In: Gayatri Spivak. *Can the Subaltern speak? Postkolonialität und subalterne Artikulation*. Trad. Alexander Joskowicz/Stefan Nowotny. Wien: Turia + Kant, 2008, p. 5- 16.

TODE Thomas. Vorwort. In: VERTOV, Dzigá. *Tagebücher/Arbeitshefte*. Thomas Tode/Alexandra Gramatke (Orgs.). Konstanz: UVK Medien Verlagsgesellschaft, 2000, p. 4-9.